

www.pwc.com.br

Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o período entre 28 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

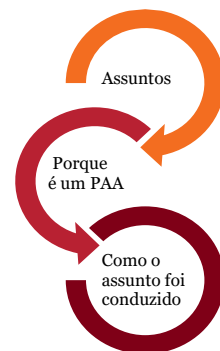
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período entre 28 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Operação de arrendamento - Notas 2.4.1, 2.4.4 e 7

Conforme divulgado nas notas 2.4.1, 2.4.4 e 7 às demonstrações financeiras, a Companhia possui contrato de arrendamento de máquinas e equipamentos que foi caracterizado dentro do escopo do CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava o montante de R\$ 55.585 mil na rubrica de Ativo de direito de uso, no ativo, R\$ 9.851 na rubrica de Passivo de arrendamento no passivo circulante e R\$ 45.734 na rubrica de Passivo de arrendamento no não circulante.

Consideramos a contabilização da operação de arrendamento como um dos principais assuntos de auditoria em função da sua complexidade e relevância nas demonstrações financeiras da Companhia, pois envolveu a análise de contrato de arrendamento e o uso de julgamento significativo da administração na determinação da taxa incremental de arrendamento.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação por nossa equipe, dos julgamentos realizados pela administração para classificação e contabilização do contrato de arrendamento, leitura e entendimento do contrato e conferência de dados, recálculo dos valores apurados e a análise da taxa incremental de arrendamento utilizada no cálculo do passivo de arrendamento.

Adicionalmente, efetuamos a leitura das divulgações realizadas em notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e avaliações utilizadas pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras intermediárias, que descreve que a Companhia iniciou suas operações em 28 de setembro de 2021 com o objetivo de atuar como concessionária no sistema rodoviário BR-163/230/MT/PA. A assinatura do contrato de concessão não ocorreu até a presente data, sendo que as condições precedentes foram cumpridas, a assinatura deverá ocorrer em abril de 2022. Adicionalmente, a administração está em processo de captação de recursos financeiros para a realização dos investimentos necessários durante o prazo de concessão. Dessa forma, as demonstrações financeiras intermediárias devem ser analisadas nesse contexto.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período entre 28 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em



Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A.

conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre



Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A.

detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá, 28 de março de 2022


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:

Signed By: ADRIANO MACHADO:15671101859
CPF: 15671101859
Signing Time: 28 March 2022 | 17:04 BRT


Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Os Administradores da Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A. (“Via Brasil BR-163” ou “Companhia”) apresentam para vossa apreciação as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluindo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstrativo do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Passivo a Descoberto, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstrativo de Resultado Abrangente.

As informações financeiras estão expressas em milhares de Reais.

DESTAQUES DE 2021 e início de 2022

O ano de 2021 foi marcado pela vitória, em 08 de julho, do leilão sobre o Edital Nº 02/2021, para concessão do sistema rodoviário BR-163/230/MT/PA. A partir de então, foi estruturada uma equipe que fez todo o planejamento ao longo de 2021 e início de 2022 para que todos os processos estivessem o mais organizado possível quando da assinatura do contrato de concessão.

Em 4 de fevereiro de 2022, um dos marcos importantes para atendimento das condições precedentes e viabilidade financeira da Companhia se concretizou, com o aumento de capital social para R\$ 407 milhões. O recurso será suficiente para execução do Plano de Negócios previsto.

Além disso, em 14 de março de 2022, a Companhia firmou mandato de distribuição de debêntures com o Banco BTG Pactual S.A. e Banco Itaú-BBA para emissão de até R\$ 850 milhões, com garantia firma de distribuição. O processo encontra-se em curso, com liquidação prevista até 30 de junho de 2022.

A Companhia já cumpriu todas as condições precedentes para a assinatura do Contrato de Concessão e aguarda a emissão do ato de outorga pela ANTT.

SETOR DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS **Presente na modernização da malha rodoviária**

Num país de dimensões continentais como o Brasil, a infraestrutura de transportes está na base do desenvolvimento e requer montantes significativos de investimentos para assegurar a qualidade, a segurança e a competitividade da malha rodoviária. Segundo dados da Confederação Nacional do Transporte (CNT), 61% do volume de cargas e 95% dos passageiros transportados no país trafegam por rodovias, confirmando a relevância das estradas para a população e para a economia. A participação do setor privado, por meio de concessões, vem incrementando a construção, a conservação e a exploração de rodovias em todo o território nacional.

PERFIL DA COMPANHIA

A Via Brasil BR-163 foi constituída para exploração da concessão das rodovias BR-163/230/MT/PA no estado de Mato Grosso e grande parte no estado do Pará, formada por um consórcio de empresas tendo como líder a CONASA INFRAESTRUTURA S.A. com expertise nas áreas de concessões públicas, infraestrutura rodoviária, tecnologia e serviços, que se uniram para atuar como operadores de serviços públicos concessionados.

Em julho de 2021, o Consórcio Via Brasil BR-163 participou de licitação na modalidade leilão realizado na Bolsa de Valores B3 (antiga BM&F) pelo Governo Federal, por meio do Programa de Parcerias com o Setor Privado para Investimentos na Logística do Ministério de infraestrutura, mediante a proposição da tarifa de R\$ 0,07867 por quilômetro, um deságio de 8,09% na tarifa máxima inicial.

O Consórcio sagrou-se vencedor dos trechos das rodovias BR163/230/MT/PA com extensão de 1.009,52 km entre os municípios de Sinop-MT até Itaituba-PA, mediante cobrança de pedágio e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e manutenção dos serviços.

A concessão é considerada uma via estratégica para o desenvolvimento do Estado do Mato Grosso, em especial na ligação das cidades da região norte com a BR-163, principal rodovia do Estado.

A rodovia, antes do início da concessão, encontra-se bastante deteriorada, com diversos trechos apresentando defeitos significativos de pavimento, que dificultavam o trânsito. Em decorrência disso, a principal motivação do Poder Concedente para concessão à iniciativa privada foi a recuperação do pavimento e seu programa de manutenção ao longo dos 10 anos, de modo a reduzir os gargalos de escoamento da produção agropecuária e trânsito de moradores das cidades da região.

Além da baixa qualidade do pavimento, o trecho da BR-163 apresenta falta de acostamentos e dispositivos de segurança, implicando no aumento do risco de acidentes.

A partir da assinatura do Contrato de Concessão em abril de 2022 os principais investimentos da concessão definidos no Programa de Exploração Rodoviário (PER) serão:

- Restauração de 100% do pavimento;
- 23 interseções;
- 39,32 km de manutenção dos acessos portuários;
- Implantação de 30,24 km de vias marginais e 42,88 km de faixas adicionais;
- 172 km de acostamentos novos e 340 km de alargamento de acostamentos existentes;
- 18 trechos de correção de traçado; e
- Implantação das praças de pedágio e bases operacionais.

Com os investimentos a realizar, a Via Brasil BR-163 vai beneficiar mais de 39.000 veículos equivalentes que transitam por dia nas rodovias, mais de 80.000 habitantes dos municípios ligados pela rodovia, além de populações de cidades vizinhas que utilizarão a concessão.

CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Audidores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

A administração da Companhia contratou a PwC Auditores Independentes para os serviços de auditoria para o período de 2021 e 2022.

A remuneração dos auditores no exercício de 2021 foi de R\$ 54 pela auditoria da Companhia.

VIA BRASIL BR-163 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**BALANÇO PATRIMONIAL****Em 31 de dezembro de 2021****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Ativo			Passivo e Passivo a descoberto		
	Notas	2021		Notas	2021
Circulante		60	Circulante		11.356
Caixa e equivalentes de caixa	3	60	Fornecedores		335
			Passivo de arrendamento	5.2	9.851
			Encargos sociais a pagar		39
			Partes relacionadas	6	1.131
Não circulante		56.249	Não Circulante		45.734
Adiantamentos		3	Passivo de arrendamento	5.2	45.734
Imobilizado		65	Passivo a descoberto		(781)
Intangível	4	596	Capital social	7.1	10
Ativo de direito de uso	5.1	55.585	Adiantamento para futuro aumento de capital	7.2	4.284
			Prejuízos acumulados		(5.075)
Total do ativo		56.309	Total do passivo e passivo a descoberto		56.309

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA BRASIL BR-163 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Período findo entre 28 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>
Receitas (despesas) operacionais		<u>(5.074)</u>
Despesa gerais e administrativas	8	<u>(5.074)</u>
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		<u>(5.074)</u>
Resultado financeiro		<u>(1)</u>
Despesas financeiras		<u>(1)</u>
Receitas financeiras		-
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(5.075)</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente		-
Prejuízo do período		<u>(5.075)</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - em reais	11	<u>(507,5000)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA BRASIL BR-163 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Período findo entre 28 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2021</u>
Prejuízo do período	(5.075)
Outros resultados abrangentes	-
Total dos resultados abrangentes	<u>(5.075)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA BRASIL BR-163 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO****Período findo entre 28 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Nota	Capital social	Adiantamento p/ futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021		-	-	-	-
Integralização de capital	7.1	10	-	-	10
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.2	-	4.284	-	4.284
Prejuízo do período		-		(5.075)	(5.075)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		10	4.284	(5.075)	(781)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA BRASIL BR-163 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA****Período findo entre 28 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo do período	(5.075)
Atividades operacionais	
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício as atividades operacionais	
Depreciação e amortização	1
(Aumento)/redução nos ativos	
Demais contas a receber e adiantamentos	(3)
Aumento/(redução) nos passivos	
Fornecedores	335
Encargos tributários a pagar	39
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(4.703)</u>
Atividades de investimentos	
Aquisição de ativo imobilizado e ativo intangível	(662)
Caixa líquido aplicado nas Atividades de investimento	<u>(662)</u>
Atividades de financiamento	
Terceiros	
Acionistas	
Integralização de capital	10
Empréstimos entre partes relacionadas	1.131
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.284
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>5.425</u>
Aumento líquido nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	<u>60</u>
Caixa e equivalente de caixa	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	60

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA BRASIL BR-163 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Período findo entre 28 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021
Insumos adquiridos de terceiros	(5.067)
Serviços de terceiros contratados	(700)
Outras despesas operacionais	(4.367)
Valor adicionado bruto	(5.067)
Depreciações e amortizações	(1)
Valor adicionado líquido	(5.068)
Valor adicionado total a distribuir	(5.068)
Impostos, taxas e contribuições	
Impostos, taxas e contribuições	1
	-
Remuneração de capitais de terceiros	
Aluguéis	7
	7
Prejuízo retido	(5.075)
Total	(5.068)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia ou Concessionária”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 28 de setembro de 2021, com sede em Sinop-MT, controlada pela Conasa Infraestrutura S.A.

Tem por objetivo social único e exclusivo a atuação como concessionária dos trechos das rodovias BR163/230/MT/PA com extensão de 1.009 km entre os municípios de Sinop-MT até Itaituba-PA, mediante cobrança de pedágio e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e manutenção dos serviços, objeto do processo de leilão coordenado pela Bolsa de Valores (B3) em 08 de julho de 2021 através do Ministério de Infraestrutura do Governo Federal. O contrato terá duração de 10 anos.

A Companhia acompanha os processos de evolução da pandemia da Covid-19 e a Guerra Rússia-Ucrânia. A Administração não identificou necessidade de revisão das Demonstrações Financeiras, por temas relacionados com os riscos da Covid-19 e a Guerra Rússia - Ucrânia, bem como não foram necessários ajustes nas informações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2021.

1.1. Planos da Administração

A Companhia se sagrou vencedora do leilão do Sistema Rodoviário BR-163/230/MT/PA, fruto do Edital de Concessão Nº 02/2021 da ANTT. O Edital prevê que a Companhia deve atender as condições precedentes para assinatura do Contrato de Concessão até 21 de fevereiro de 2022, sendo esta data de protocolo da documentação, as quais foram plenamente atendidas na referida data, conforme divulgado na nota explicativa 19. A administração prevê que assinará o contrato de concessão em abril de 2022.

Após a assinatura do Contrato de Concessão, iniciam-se a execução das obras previstas no Plano de Exploração Rodoviário - PER, principalmente nos trabalhos iniciais previstos para cobrança de pedágio. Devido ao cronograma previsto, a Companhia evoluiu no exercício de 2021 e início de 2022 com a preparação das atividades para preparação da assunção da concessão e com o cumprimento das condições precedentes para a assinatura do Contrato de Concessão.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 31, em 4 de fevereiro de 2022, um dos marcos importantes para atendimento das condições precedentes e viabilidade financeira da Companhia se concretizou, com o aumento de capital social para R\$ 407 milhões. O recurso será suficiente para execução do Plano de Negócios previsto.

Além disso, em março de 2022, a Companhia firmou mandato de distribuição de debêntures com o Banco BTG Pactual S.A. e Banco Itaú-BBA para emissão de até R\$ 850 milhões. O processo encontra-se em curso, com liquidação prevista até 30 de junho de 2022.

Com a conclusão da captação de recursos dos acionistas e via debêntures, a Administração avalia que as condições econômico-financeiras da Companhia estarão estruturadas para atender todas as obrigações contidas no PER e para desenvolvimento de seu objeto social até o final da Concessão.

1.2. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 7 de março de 2022.

Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. A declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Considerando que a Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2021, as presentes demonstrações financeiras não possuem informações comparativas.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impairment de ativos não financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

2.4. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente no período dessas demonstrações financeiras.

2.4.1. Ativo circulante e não circulante

- **Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Imobilizado:** O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objetos dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais, na demonstração dos resultados.

- **Ativo intangível:**

A Companhia provavelmente assinará o contrato de concessão para exploração rodoviária mediante cobrança de pedágio firmado com o poder concedente até dia 15 de abril de 2022.

A Companhia reconhece o ativo intangível à medida em que realiza os investimentos vinculados ao Contrato de Concessão e detém o direito (autorização) de cobrança de tarifa dos usuários dos serviços públicos, conforme ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 e OCPC 05.

Neste modelo, a partir da constituição da Sociedade de Propósito Específico do Contrato de Concessão, a Companhia registra os investimentos realizados no ativo intangível, quando do início da amortização, ativo este recuperado por tarifa durante a concessão.

Nos ativos intangíveis, os bens patrimoniais são amortizados linearmente de acordo com o prazo do Contrato de Concessão nos casos de estruturas prediais, pontes, contornos, ou pela vida útil econômica dos bens, nos casos de recapeamentos e dispositivos de segurança (sinalização vertical, horizontal), ou seja, a amortização dos ativos intangíveis leva em consideração a vida útil do ativo ou prazo de concessão, dos dois prazos o menor. O Contrato de Concessão não permite a obtenção de indenização de eventual saldo contábil não amortizado ao término da concessão. A administração prevê que assinará o contrato de concessão em abril de 2022.

- **Direito de uso e passivo de arrendamentos**

Os contratos de arrendamentos são registrados no ativo denominado Direito de Uso, que é o correspondente àquele que representa a transferência ao direito do arrendatário de usar o ativo arrendado ao longo do prazo do arrendamento; o passivo gerado em contrapartida representa a obrigação do arrendatário de pagar as prestações ao arrendador durante o prazo do arrendamento, conforme seu grau de exigibilidade denominado passivo de arrendamentos, com exceção dos casos de arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses) ou de arrendamentos de baixo valor, conforme CPC 06/IFRS 16.

Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário: A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento e deve ser avaliada em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo, quando necessário.

2.4.2. Passivo circulante e não circulante

- **Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia não apresentou lucro tributável durante o exercício de 2021. A Companhia optou pelo regime de apuração de Lucro Real anual.
- **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- **Resultado por Ação:** De acordo com o CPC 41/ IAS 33 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Diluído: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada disponível durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

2.4.3. Estimativas significativas e julgamentos contábeis críticos.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Taxa incremental sobre o passivo de arrendamentos: A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.5. Mudanças em políticas contábeis.

2.5.1 As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e estão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 e não tiveram impactos nas demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

- Reforma da IBOR - Fase 2: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 - "Instrumentos Financeiros", ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao IFRS 4/CPC 11 "Contratos de Seguros". A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pela Companhia, com relação a:

(i) Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros: permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desconhecimento do contrato e, conseqüentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior.

(ii) Relações de hedge: a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício.

- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022.

Não houve impactos na adoção das normas adotadas pela Companhia.

2.5.2 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.

- Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.

- Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.

Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

• Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:

- (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
- (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
- (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
- (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

. Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

. Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

. Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021
Caixa e saldos em conta corrente bancária	2
Aplicações financeiras de alta liquidez (a)	58
	60

(a) As aplicações financeiras, de modalidade aplicações compromissadas, são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. Em 31 de dezembro de 2021 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 81% do CDI. Em decorrência da equalização dos fluxos de caixa da Companhia, a administração decidiu por aplicar o saldo de caixa em aplicações financeiras de curto prazo.

4. Intangível

4.1. Composição

	Taxa de Amortização Média	2021		
		Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Intangível				
Investimento em Rodovias	0,00%	233	-	233
Investimento em Rodovias - Trabalhos Iniciais/Recuperação	0,00%	363	-	363
Total do ativo intangível		596	-	596

Os ativos intangíveis são classificados como trabalhos iniciais/recuperação apenas os investimentos para deixar a rodovia em condições de trafegabilidade no primeiro ano, já os outros investimentos são aqueles aos quais estão relacionados a investimentos de maior período de vida útil. Os intangíveis de trabalhos iniciais/recuperação serão amortizados com taxa de vida útil em média de 33% ao ano, considerada no PER (Programa de Exploração Rodoviário).

4.2. Movimentação

	2021			
	Saldo em 28/09/2021	Adições	Amortização	Líquido
Ativo intangível				
Investimento em Rodovias	-	233	-	233
Investimento em Rodovias - Trabalhos Iniciais/Recuperação	-	363	-	363
Total do Intangível	-	596	-	596

Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.3. Descrição de Concessão e vigência

A Companhia ganhou o processo de Leilão da Bolsa de Valores (B3) e será concessionária dos serviços públicos para conservação, reparação, manutenção, implantação de melhorias e operação dos trechos das rodovias BR-163/230/MT /PA com extensão de 1.009 km entre os municípios de Sinop-MT até Itaituba-PA. O prazo de concessão é de 10 (dez) anos. A administração prevê que até 15 de abril de 2022 assinará o contrato de concessão.

4.4. Amortizações

A amortização será realizada de acordo com o prazo de vigência da concessão ou prazo de vida útil do respectivo investimento, caso inferior ao prazo de concessão. Para os investimentos realizados durante a vigência do contrato, a amortização é realizada de forma linear, considerando a data de finalização da concessão ou a vida útil do ativo, dos dois o menor. O início da amortização se dará a partir do momento que a Companhia começar a ter receitas de arrecadação de pedágio.

4.5. Teste de impairment dos ativos intangíveis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a administração não identificou fatores (indicativos) que pudessem indicar que os ativos intangíveis poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

5. Direito de Uso e Passivo de Arrendamentos

5.1. Direito de Uso

	Taxa de Amortização Média	2021		
		Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Direito de uso				
Arrendamentos - Máquinas e Equipamentos	20,00%	55.585	-	55.585
Total do direito de uso		55.585	-	55.585

Refere-se ao aluguel de máquinas e equipamentos que servirão de instrumentos para atender parte da infraestrutura do contrato de concessão. Foram registrados conforme IFRS 16 e CPC 06 (R2). O contrato de arrendamento tem duração de 60 meses com atualização anual do contrato pelo índice do IPCA. Foi utilizado a taxa incremental de desconto de 6,05%. O contrato foi assinado em 14 de dezembro de 2021, no entanto o recebimento das máquinas e equipamentos e consequente pagamento de aluguel se iniciará no mês de abril de 2022, sendo assim, o ativo de direito de uso terá sua amortização iniciada em abril de 2022 e sua taxa prevista de amortização será de 20%.

Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.2 Passivo de arrendamentos

	31/12/2021
Passivo circulante	
Passivos de arrendamentos	9.851
Total do passivo circulante	9.851
Passivo não circulante	
Passivos de arrendamentos	45.734
Total do passivo não circulante	45.734
Total de passivo de arrendamentos	55.585

7.3 Fluxo de caixa descontado e créditos de tributos

A Companhia, em plena conformidade com o IRFS 16/CPC 06 (R2), na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos de caixa a serem descontados, assim como os créditos de tributos, conforme vedação imposta pela norma demonstrado a seguir:

	31/12/2021	
Fluxo de Caixa	Real	Ajuste a Valor Presente
Contraprestação de arrendamento	64.304	8.719
Crédito de PIS/COFINS potencial (9,25%)	5.948	807
	70.252	9.526

Adicionalmente, em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, são apresentados abaixo as comparações nas rubricas do passivo de arrendamentos, do direito de uso, da despesa de depreciação e da despesa financeira referente ao exercício de 2021 e os períodos futuros utilizando o fluxo de caixa descontado dos arrendamentos, considerando a inflação futura projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pela taxa nominal de 6,05%. Abaixo o quadro com as rubricas apresentadas:

Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rúbricas	31/12/2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025
Passivo de arrendamentos						
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	55.585	51.443	38.582	25.721	12.861	12.861
Fluxo com projeção de inflação	55.585	54.448	42.731	29.780	15.580	15.580
Variação	0,00%	5,84%	10,75%	15,78%	21,14%	21,14%
Direito de uso líquido - Saldo final						
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	55.585	44.468	33.351	22.234	11.117	11.117
Fluxo com projeção de inflação	55.585	48.941	38.927	26.859	13.833	13.833
Variação	0,00%	10,06%	16,72%	20,80%	24,43%	24,43%
Despesa financeira						
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	(3.010)	(3.010)	(2.414)	(1.782)	(1.112)	(401)
Fluxo com projeção de inflação	(3.010)	(3.890)	(3.294)	(2.585)	(1.802)	(943)
Variação	0,00%	29,24%	36,45%	45,07%	62,06%	135,07%
Despesa de depreciação						
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	(11.117)	(11.117)	(11.117)	(11.117)	(11.117)	(11.117)
Fluxo com projeção de inflação	(11.117)	(12.235)	(12.976)	(13.430)	(13.833)	(14.282)
Variação	0,00%	10,06%	16,72%	20,80%	24,43%	28,47%

6. Partes relacionadas

Os saldos de partes relacionadas referem-se aos primeiros aportes dos acionistas os quais foram integralizados no início de 2022.

Passivo circulante	31/12/2021
Recursos financeiros	
Conasa Infraestrutura S.A.	1.003
Zetta Infraestrutura S.A.	36
Engenharia de Materiais Ltda	46
M4 Investimentos e Participações Ltda	46
	1.131

6.1. Remuneração dos administradores

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, não foram reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro 2021, pois os administradores foram contratados no início de 2022.

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Passivo a descoberto

7.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de 10.000 ações ordinárias nominativas, integralizadas em 28 de setembro de 2021, com valor nominal de R\$ 10 que estavam integralizadas. Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2021		
	Número de ações	%	Capital Integralizado
Conasa Infraestrutura S.A.	7.600	76,00%	7,60
Zetta Infraestrutura S.A.	1.400	14,00%	1,40
Engenharia de materias Ltda.	375	3,75%	0,38
Construtora Rocha Cavalcante Ltda	375	3,75%	0,38
M4 Investimentos e Participações Ltda	250	2,50%	0,25
	10.000	100%	10

7.2. Adiantamento para futuro aumento de capital

Os acionistas decidiram por unanimidade manter como AFAC Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, as despesas pré-operacionais pagas por cada acionista referente a estruturação e viabilidade do projeto de concessão, mesmo anteriormente ao processo de leilão na Bolsa de Valores (B3) até a constituição da Companhia os quais seriam integralizados ao capital social de acordo com sua proporção de ações no montante de R\$ 4.284. Conforme nota explicativa nº 15, os saldos foram integralizados em 4 de fevereiro de 2022.

8. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021
Despesas gerais e administrativas	
Despesas pré-operacionais (a)	(4.284)
Honorários de consultorias e auditorias	(677)
Serviços de terceiros	(24)
Aluguéis e locação	(7)
Depreciação	(1)
Despesas com viagem	(79)
Outras despesas	(2)
	(5.074)

- (a) Em virtude da estruturação e viabilidade do projeto de concessão, mesmo anteriormente ao processo de leilão na Bolsa de Valores (B3) até a constituição da Companhia, os acionistas mantiveram despesas pré-operacionais as quais decidiram por unanimidade, reconhecer os gastos que posteriormente seriam integralizados ao capital social de acordo com sua proporção de ações no montante de R\$ 4.284.

Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Instrumentos financeiros

9.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

9.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 se aproxima do valor justo e estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

		31/12/2021
		Valor
	Categoria	contábil
Ativo financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	60
Passivos financeiros		
Fornecedores	Custo amortizado	335
Partes relacionadas	Custo amortizado	1.131

9.3. Categoria fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

10. Risco de mercado

- (a) **Risco de taxa de juros:** A Companhia não tem risco de variação de taxa de juros relevante nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, pois ainda não houve nenhuma captação de recursos, porém já possui contrato de arrendamento atualizados anualmente pelo IPCA.. Variação da taxa básica de juros pode alterar as condições econômico-financeiras do contrato de concessão e melhorar ou piorar a capacidade de investimento da concessionária. Logo abaixo a demonstração da sensibilidade demonstrando dois cenários de risco de elevação da taxa, sendo o primeiro com acréscimo de 25% e o segundo com 50%.

Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transações	Risco	Saldo em 31/12/2021	Cenário Provável	Projeção de mercado	
				Cenário I	Cenário II
Passivo financeiro					
Passivo de Arrendamentos	Aumento do IPCA	55.585	61.177	69.481	83.378
Exposição líquida		55.585	61.177	69.481	83.378
Efeito líquido - perda			5.592	8.304	13.896

- (b) **Risco de taxas de câmbio:** A Companhia não realiza operações cambiais.
- (c) **Risco de crédito:** A companhia não possui risco de créditos pois não contém em seu grupo do contas a receber, perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa no encerramento do exercício, até o início de cobrança de pedágio.
- (d) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e plano de investimento da concessão. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial. Conforme prevê no edital de licitação os acionistas deverão aportar o valor de R\$ 407.000 para a assinatura do contrato de concessão.

11. Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o lucro básico por ação:

	31/12/2021
Prejuízo do exercício	(5.075)
Média ponderada de ações em circulação	10.000
Resultado por ações - básico - R\$	<u><u>(507,5000)</u></u>

Diluído: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias. A Companhia só possui uma classe de ação ordinária e não há ações ordinárias potenciais diluidoras ou opções que pudessem converter as ações preferenciais em ordinárias, portanto, o valor do lucro por ação diluído é igual ao básico.

12. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações, respeitando também as obrigações Contratuais que permitem a preservação do Contrato de Concessão. Como a Companhia ainda não iniciou os trabalhos de investimentos até o encerramento das demonstrações financeiras de 2021, ainda não contratou os seguros de responsabilidade, civil e operacional.

Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.1. Garantia de execução do contrato

O valor da apólice de garantia de execução do contrato foi estabelecido até o limite equivalente a R\$ 27.796, com início em 01/07/2021 e término em 30/06/2022.

13. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

A Companhia investiu R\$ 596 até 31 de dezembro de 2021 em projetos e consultorias iniciais para implantação de 3 praças de pedágio, sinalização e segurança para garantir a trafegabilidade da rodovia.

A partir da assinatura do Contrato de Concessão, em abril de 2022, os principais compromissos de investimentos da concessão definidos no Programa de Exploração Rodoviário (PER) são estimados em R\$ 2,046 bilhões, que estão inclusos:

- Restauração de 100% do pavimento;
- 23 interseções;
- 39,32 km de manutenção dos acessos portuários;
- Implantação de 30,24 km de vias marginais e 42,88 km de faixas adicionais;
- 172 km de acostamentos novos e 340 km de alargamento de acostamentos existentes;
- 18 trechos de correção de traçado; e
- Implantação das praças de pedágio e bases operacionais.

14. Provisão para contingências

A Companhia não possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista que possam ser consideradas perdas prováveis, assim como não tem ações consideradas possíveis.

15. Eventos Subsequentes

Em 4 de fevereiro de 2022, um dos marcos importantes para atendimento das condições precedentes e viabilidade financeira da Companhia se concretizou, com o aumento de capital social para R\$ 407 milhões. O recurso será suficiente para execução do Plano de Negócios previsto para deixar a rodovia em condições de trafegabilidade até o início das arrecadações.

Além disso, em março de 2022, a Companhia firmou mandato de distribuição de debêntures com o Banco BTG Pactual S.A. e Banco Itaú-BBA para emissão de até R\$ 850 milhões em debêntures. O processo encontra-se em curso, com liquidação prevista até 30 de junho de 2022.

Fernando Yuiti Fujisawa

Diretor Presidente e Administrativo/Financeiro

Isaac do Nascimento

Contador CRC-PR043806/O-1

Certificate Of Completion

Envelope Id: 09C0CA5B2CD44EA9993EA10690752F4B

Status: Completed

Subject: Please DocuSign: VIABRASIL21.DEZ.pdf

Source Envelope:

Document Pages: 29

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Ricardo Silva

AutoNav: Enabled

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água

Enveloped Stamping: Enabled

Branca

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, SP 05001-100

ricardo.silva@pwc.com

IP Address: 201.56.164.188

Record Tracking

Status: Original

28 March 2022 | 16:57

Holder: Ricardo Silva

ricardo.silva@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

28 March 2022 | 17:04

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Adriano Machado

a.machado@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card

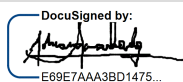
Signature Issuer: AC Certisign RFB G5

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Signature

DocuSigned by:



E69E7AAA3BD1475...

Signature Adoption: Drawn on Device

Using IP Address: 201.56.5.228

Timestamp

Sent: 28 March 2022 | 16:58

Viewed: 28 March 2022 | 17:03

Signed: 28 March 2022 | 17:04

In Person Signer Events**Signature****Timestamp****Editor Delivery Events****Status****Timestamp****Agent Delivery Events****Status****Timestamp****Intermediary Delivery Events****Status****Timestamp****Certified Delivery Events****Status****Timestamp****Carbon Copy Events****Status****Timestamp**

Ricardo Silva

ricardo.silva@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

COPIED

Sent: 28 March 2022 | 17:04

Viewed: 28 March 2022 | 17:04

Signed: 28 March 2022 | 17:04

Witness Events**Signature****Timestamp****Notary Events****Signature****Timestamp****Envelope Summary Events****Status****Timestamps**

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	28 March 2022 16:58
Certified Delivered	Security Checked	28 March 2022 17:03
Signing Complete	Security Checked	28 March 2022 17:04
Completed	Security Checked	28 March 2022 17:04
Payment Events	Status	Timestamps